



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

1

ATA 283

2 Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de seu presidente José Geraldo Berger.
5 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Débora
6 Maria Moretão, Sandra Cisco (Secretaria Municipal de Assistência Social); Leni Aparecida
7 Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação), Joelmir Alex Wiest (Secretaria
8 Municipal de Administração e Recursos Humanos). **Os conselheiros governamentais**
9 **suplentes no exercício da titularidade**: Maria de Fátima J. Fiebig (Fundação Municipal
10 Proamor de Assistência Social). **Os conselheiros governamentais suplentes**: Cláudia
11 Daniele Coneglian (Secretaria Municipal de Educação); **Os conselheiros titulares não**
12 **governamentais**: José Geraldo Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta
13 Complexidade), Ines Chuy Lopes (Entidades de Proteção Social Especial de Média
14 Complexidade), Adrianis Galdino da Silva Jr. e Regina Rosa Pedrozo Rosa (Profissionais
15 da Área); Gilberto Ferreira, Lilian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica); Vanderli
16 Ramos Morgestem (Usuários da Assistência Social) **Os conselheiros não**
17 **governamentais suplentes**: João Eliseu Montes (Entidades de Proteção Social Especial
18 de Média Complexidade); Keila Cristina Carneiro (Profissionais da Área de Assistência
19 Social); Camila Vanessa Sviech (Entidades de Proteção Social Básica. Justificaram a
20 ausência: Daniele de Antoni Calixto, Robson Xavier da Silva (Secretaria Municipal de
21 Saúde); Raimy Carrilho (Usuários da Assistência Social). A reunião teve a seguinte pauta:
22 1- aprovação da pauta, 2- aprovação das atas 281 e 282, 3- informes gerais, 4-
23 composição da comissão de organização da conferência municipal de assistência social, 5-
24 avaliação do plano de ação do CMAS para 2017. O presidente José Geraldo iniciou a
25 reunião agradecendo os conselheiros por serem atuantes e participativos. Após a leitura, a
26 pauta foi aprovada com a inclusão de discussão sobre a audiência com a Secretária de
27 Assistência Social agendada para amanhã e retomada da discussão sobre o Centro POP.
28 As atas 281 e 282 foram aprovadas. Informes Gerais: Foram enviados ofícios para as
29 secretarias municipais solicitando a indicação ou recondução dos conselheiros
30 governamentais. Nova diretoria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE
31 para o período de 2017 a 2019: Adriano Quilian Comassetto – presidente, Carlos Gaioski –
32 vice-presidente, João Rentz Filho – diretor financeiro. A Associação Pontagrossense de
33 Emancipação para Deficientes Físicos -APEDEF – comunicou a mudança de endereço
34 para a Rua Frei Luis de Souza, nº 64 – Oficinas. O Jovens com Uma Missão - JOCUM
35 informou a nova diretoria: Presidente Warley Santos dos Reis, Vice-presidente Diego
36 Lemos da Luz. Leitura da resposta do responsável pela Unidade de Produção de Alimentos
37 ao ofício enviado contendo os questionamentos do Conselheiro João Montes em relação a
38 Unidade de Produção de Alimentos e entrega de pães: Segue em anexo o relatório de
39 2016 com as entidades atendidas e quantidades. A respeito das paralisações informo
40 sobre 2016, pois fui nomeado em 01/07/2016 portanto não posso responder por 2015.
41 Quando assumi a DPAA a UPA estava há dois meses sem produção alguma, voltamos a
42 produzir pães, macarrão e TB o kit dos celíacos. O motivo da paralisação foi um boicote do
43 então secretário Sr. Julio Küller que seria candidato a prefeito, para ele tanto a UPA quanto
44 o Restaurante Popular deveriam parar de atender para trazer problemas para a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

45 administração, assim sendo não foram elaborados os novos projetos de compras. Quando
46 assumimos demos entrada nos novos projetos e aguardamos os prazos legais para
47 finalização dos mesmos. Os funcionários ficaram no seu departamento sem atividade, eles
48 receberam seus salários que são protegidos por lei e tiram as férias no recesso no começo
49 de ano. Referente aos custos é uma conta difícil de fazer, não são produzidos pelos
50 funcionários somente pão, TB, produzimos leite de soja, macarrão e o kit celíacos com o
51 mesmo pessoal. A respeito da terceirização gostaria que o nobre suplente desse ideia aos
52 servidores com certeza eles e o sindicato iam gostar muito, seriam mais quantas famílias
53 desempregadas em Ponta Grossa. Nas considerações dos conselheiros destacou-se que
54 todos concordaram que a resposta foi indecorosa e que o diretor do departamento deveria
55 apenas se ater a responder os questionamentos que lhe foram feitos, visto que é um direito
56 do CMAS saber sobre o funcionamento deste equipamento público. Encaminhamento:
57 enviar um ofício à gestora da pasta informando e solicitando providências. Conselheiro
58 Gilberto comunicou que o Instituto Educacional Duque de Caxias – IEDC recebeu algumas
59 advertências da Controladoria do município, alegando que o CMAS forneceu informações
60 que desaprovam a conduta da Instituição, pedindo para devolver recursos na ordem de R\$
61 174.000,00. Colocou que o IEDC está repensando a continuidade de atuação na política
62 de assistência social em função das dificuldades que está encontrando. Conselheiro
63 Adrianis colocou que o Conselho não emite parecer para a Controladoria do município,
64 quem emite é o CIT e que se houve alguma questão, foi apresentada pelos fiscais do
65 convênio e não pelo CMAS. O Conselheiro Gilberto disse que está no ofício como
66 Conselho e provavelmente isto ocorreu em função de informações mal feitas e
67 despreparadas. Conselheira Sandra colocou que era fiscal deste convênio e o parecer não
68 foi mal preparado ou mal feito, não foi escrito nada mais que a verdade. O presidente
69 Geraldo chamou a composição da Comissão de Organização da Conferência de
70 Assistência Social. Conselheiro Adrianis colocou que o calendário prevê que as
71 conferências municipais se dêem de março a julho. O tema desse ano será “Garantia de
72 Direitos e Fortalecimento do SUAS”. Decidido que a Conferência será nos dias 18 e 19 de
73 Julho. Agendada a reunião da comissão de conferência para dia 10 de Fevereiro.
74 Aprovada a Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social, conforme
75 Resolução CMAS/Nº01/2017. A Conselheira Regina comunicou que o Conselheiro
76 Christofer terá que se afastar do CMAS devido a problemas de saúde de sua esposa,
77 quem assume a titularidade agora é Luiz Alberto Cardoso. Discussão do plano de ação do
78 conselho para 2017. Conselheiro Adrianis lembrou que a comissão de cadastro está sem
79 coordenação e tem até 31 de abril para solicitar a documentação para renovação das
80 inscrições no CMAS. Decidido que a Comissão de Documentação e Cadastro vai indicar o
81 coordenador. Na continuidade o Presidente Geraldo colocou que a audiência com a
82 Secretária de Assistência Social será amanhã para explanar sobre a importância do
83 Conselho. Conselheiro Adrianis realizou uma explanação sobre sua insatisfação quanto a
84 nomeação da primeira dama como secretária, porém deixou bem claro que não é opositor
85 ao seu trabalho à frente da pasta. Presidente Geraldo chamou a discussão sobre o CREAS
86 POP. Solicitada a presença da Gerente da Proteção Social Especial Rose Bortolini.
87 Conselheira Sandra informou sobre a reunião com o Escritório Regional que questionou
88 algumas questões sobre o uso do recurso federal, questões que deverão ser retomadas



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

89 no planejamento. Outra questão é o reordenamento da alta complexidade para crianças e
90 adolescentes, as entidades deverão aceitar o reordenamento, não será mais possível
91 separar grupo de irmãos, se negar a atender meninas grávidas, crianças com deficiência e
92 ainda todos os abrigos deverão ser mistos. Assistente Social Consuelo, do Ministério
93 Público, colocou que esta Resolução Nacional vem desde 2014, é papel do gestor e não
94 das entidades e que há uma resistência do município em aceitar as determinações.
95 Conselheiro Adrianis disse que as suas reservas são profundas em relação a esse
96 reordenamento, mas que se o município tiver que assumir, terá que fazê-lo e que o
97 Conselho não pode aceitar que o município diga que não pode fazer, ele tem que fazer a
98 seu tempo, quem deve responder pela assistência social no município é a Secretaria que
99 tem a gestão, o Escritório Regional apenas está lembrando que há uma normativa a ser
100 cumprida. Conselheira Sandra mencionou que no dia 27 de dezembro o município
101 recebeu dois milhões de recurso do SUAS. Os convênios com as entidades não foram
102 realizados e agora existe o marco regulatório. Nesse momento a Assistente Social Gisele
103 da Gerência de Proteção Social Especial começou a participar da reunião e foi indagada
104 pelo conselheiro Adrianis sobre a situação do Centro Pop. Explicou que estão viabilizando
105 uma coordenação e um psicólogo e fazendo as adequações que foram requisitadas pelo
106 Conselho e Escritório Regional. Conselheiro Adrianis disse que tem abordado a
107 população de rua e algumas pessoas afirmaram que não está havendo atendimento no
108 Centro Pop. Indagou porque as famílias atingidas pelas enchentes não foram abrigadas
109 na Casa da Acolhida. Assistente Social Gisele respondeu que é uma prerrogativa da Casa
110 não abrigar famílias. O conselheiro Adrianis disse que a Tipificação prevê esse tipo de
111 abrigamento, quando é caso de emergência e questionou o porquê da primeira-dama ter
112 realizado visitas e distribuição de donativos, sendo que esse serviço é da alta
113 complexidade. Os conselheiros pediram mais calma nos questionamentos. A assistente
114 social Gisele colocou que há muitos pontos a serem reestruturados e melhorar a qualidade
115 de cada serviço, quanto ao serviço de calamidade, o projeto está sendo discutido.
116 Conselheiro Adrianis disse que quem vai aprovar esse projeto é o CMAS e sugeriu que em
117 caso de urgência a Casa da Acolhida deveria ter acolhido essas famílias nem que fosse
118 por determinação do CMAS. Presidente colocou que a próxima reunião do CMAS referente
119 a fevereiro será realizada no dia 23 e que as demandas das comissões devem ser
120 entregues até dia 15 de fevereiro. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, o
121 presidente José Geraldo Berger encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.
122 Esta ATA foi transcrita pela agente social Maria Aparecida da Silva e redigida pela
123 secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa, após aprovada segue assinada pelos
124 conselheiros presentes.

125 José Geraldo Berger (Presidente)_____

126 Adrianis Galdino da Silva Jr_____

127 Débora Maria Moretão_____

128 Sandra Cisco_____

129 Danieli de Antoni Calixto_____

130 Leni Aparecida Viana da Rocha_____

131 Maria de Fátima J. Fiebig_____



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 132 Joelmir Alex Wiest _____
- 133 Inês Chuy Lopes _____
- 134 João Eliseu Montes _____
- 135 Regina Rosa Pedrozo Rosa _____
- 136 Keila Cristina Carneiro _____
- 137 Gilberto Ferreira _____
- 138 Lilian Klimiont _____
- 139 Camila Vanessa Sviech _____
- 140 Vanderli Ramos Morgestern _____